



# Pro bono. Quando não há dinheiro, o direito usa o coração

Responsabilidade social dos advogados é debatida hoje na PLMJ. Em tempo de crise, é cada vez mais difícil trabalhar pro bono

**KÁTIA CATULO**  
katia.catulo@ionline.pt  
**ROSA RAMOS**  
rosa.ramos@ionline.pt

O encontro foi casual. O advogado encontrou uma cara conhecida numa praia da zona de Lisboa. É um antigo cliente, embora não tenha recebido qualquer honorário. Um caso de homicídio juntou-os, mas assim que o assunto ficou encerrado nos tribunais nunca mais se cruzaram. O reencontro durou um abraço e uma conversa de minutos e cada um seguiu o seu caminho. "Geralmente é assim que acontece em causas pro bono", conta Pedro Barosa. Não se trata de ingratidão, ressalva o especialista em direito criminal da sociedade PLMJ. É uma tendência quase natural de não querer reviver um passado que, como o próprio verbo indica, ficou sepultado no passado.

Trabalhar em regime pro bono não é novidade e atravessa várias profissões. Esta tarde, no auditório da sociedade PLMJ, o foco do debate estará nos advogados que aceitam defender clientes sem cobrar. A primeira conferência anual sobre responsabilidade social e pro bono juntará instituições privadas de solidariedade social e advogados para debater um tema que ganhou maior importância com a crise financeira (ver texto secundário).

Pedro Barosa é só um entre muitos advogados com casos pro bono em mãos. Representa agora uma criança que, entre os seis e os nove anos, terá sido sexualmente abusada pelo avô. A mãe foi ter com ele aflita e ele, que aceita defender toda a gente menos suspeitos de pedofi-

lia, nem pestanejou: "Afinal, não passa de uma criança com uma história terrível." Impossível negar.

O processo-crime começou há dois anos com todos os passos e etapas que envolvem uma investigação criminal: interrogatórios, testes, exames médico-legais e muitos papéis pelo meio. O advogado foi retirando tempo às madrugadas e aos fins-de-semana mas, assim que pegou no caso, a rapariga passou a ser uma cliente como outra qualquer.

Ou talvez não seja bem assim. Por vezes, confessa, não consegue evitar ir mais além nas suas funções. Acompanhou-a nos exames médicos para tentar desanuviar o ambiente, mas não trocaram uma palavra sobre o assunto. Essas conversas são para ter com a mãe que volta e meia lhe liga para saber se o avô da criança anda a preparar alguma coisa, para contar que as notas da filha na escola subiram ou desceram, para dar conta das consultas no psicólogo. O advogado atende ou então devolve a chamada mais tarde. Não consegue fazer de outro modo, até porque já testemunhou, noutros pais, a culpa que esta mãe sente "por não ter conseguido zelar pela segurança da filha".

**GERIR TEMPO E DINHEIRO** Fazer pro bono não é para quem quer, mas para quem consegue. E, nestes casos específicos, as sociedades de advogados estão em vantagem. Ao integrarem grandes estruturas, têm também maior facilidade em gerir recursos. No caso da PLMJ existe até um comité pro bono, criado para analisar os pedidos de instituições de solidariedade com as quais trabalha e dos colaboradores da casa.



"No ano passado, tivemos 57 advogados a trabalhar neste regime e 700 horas contabilizadas", quantifica Conceição Cabaços, coordenadora do comité, admitindo que um advogado sozinho ou mesmo pequenos escritórios teriam "muito mais dificuldade" em encontrar tempo para prestar apoio jurídico neste modelo: "É evidente que esta opção no nosso,

ou em qualquer caso, implica sempre muita dedicação dos advogados que não contam para as horas dos objectivos definidos pela empresa".

**ADVOGADOS EM CRISE** Com a crise, os clientes têm menos recursos e é certo que batem mais vezes à porta dos escritórios à procura de ajuda gratuita. Mas, no caso dos advogados que exercem individualmente, é cada vez mais difícil fazer representações pro bono. "Há uns anos, era raro o cliente que pedia um orçamento inicial, enquanto que hoje o dinheiro é o primeiro tema abordado", conta Rodrigo Santiago, que, nos últimos anos, foi obrigado a baixar os honorários.

Borlas, só mesmo para amigos, até porque o mercado - cada vez mais concorrencial - e a própria mentalidade dos advogados mudaram nas últimas décadas. "Actualmente, fazer um pro bono chega quase a ser mal visto", acredita o advogado. Há 20 anos não era assim. "Havia a ideia de que era até deontologicamente incorrecto cobrar dinheiro em determinadas situações, como a defesa de um colega, de um magistrado ou de amigos de liceu."

João Martins Leitão, que defendeu casos

**As sociedades de advogados estão em vantagem porque têm maior facilidade em alocar recursos**

**A ideia de que um advogado aceita um pro bono por acreditar num caso é cada vez mais uma ficção**



Com a crise, mais clientes procuram advogados a pedir ajuda de forma gratuita, mas o exercício da advocacia é hoje mais caro

GITTY IMAGES

## Conferência. Promover boas práticas em tempos de crise

Conferência sobre pro bono esta tarde no auditório da PLMJ

### Citações

“Não posso fechar os olhos só porque me dizem que não têm dinheiro. Vejo a profissão de advogado como uma missão”

Rita Sassetti  
ADVOGADA

“Hoje, fazer pro bono chega quase a ser mal visto, enquanto que há uns anos era deontologicamente incorrecto cobrar dinheiro em determinadas situações”

Rodrigo Santiago  
ADVOGADO

“A perspectiva romântica [das causas e do pro bono] já não existe. O exercício da advocacia, hoje, é caro”

João Martins Leitão  
ADVOGADO

mediáticos como o do brasileiro que tentou assaltar uma dependência do BES em Campolide, lembra-se de ver o pai, advogado em Santarém, a acumular processos pro bono. Os advogados, admite, têm de ter um papel de responsabilidade social e são humanos. Mas a humanidade esbarra, demasiadas vezes, nas mesquinhices que é preciso pagar ao final do mês. “O exercício da advocacia, hoje, é muito caro”, justifica João Leitão. Entre a renda do escritório, o ordenado de secretárias, as quotas da Ordem dos Advogados e a Caixa de Previdência, a margem financeira é “muito curta”.  
Até porque os preços praticados pelos advogados são inferiores aos de há três ou quatro anos e a tendência passa agora por parcelar a conta aos clientes. “Cobra-se uma parte no início do processo, outra quando sai a acusação e uma última no julgamento”, exemplifica João Leitão. Ainda assim, está com dois processos pro bono em mãos. “De dois amigos, um médico e um advogado que sempre me foram próximos”.

**O DIREITO E O CORAÇÃO** A ideia de que um advogado patrocina uma causa de forma gratuita por se identificar com ela

ou por ter ficado sensibilizado com uma história é cada vez mais uma ficção. “Esse romantismo já não existe”, acredita João Leitão. Porém, a maior ou menor sensibilidade para as causas depende das áreas. Rita Sassetti, por exemplo, trabalha com direito da família e menores e garante que nunca deixou de defender um cliente que não tivesse dinheiro para lhe pagar os honorários. “Chegam-me situações delicadas, que envolvem crianças e violência doméstica. São processos de afecto, em que se lida com a parte mais delicada das pessoas”, explica.

Além de delicados, são também casos, segundo os últimos relatórios da Segurança Interna, que estão a aumentar. “Não posso fechar os olhos só porque me dizem que não têm dinheiro. Vejo a profissão de advogado como uma missão e um serviço pelos outros”, explica a advogada. É por isso que ontem, quando recebeu uma chamada de uma mulher vítima de violência doméstica “lavada em lágrimas” Rita Sassetti nem pensou duas vezes: “Disse-me que o pai tinha sido advogado e que por isso sabia muito bem que precisamos de ser pagos e que, por isso, iria arranjar uma maneira de me pagar, mas não vou cobrar dinheiro.”

Em tempos de crise faz ainda mais sentido promover e divulgar boas práticas profissionais. Foi desta convicção que a sociedade de advogados PLMJ decidiu promover hoje a primeira conferência anual sobre responsabilidade social e pro bono. O encontro acontece esta tarde em Lisboa e vai reunir um painel de oradores de algumas das instituições e entidades com as quais o escritório colabora neste regime. Entre estes encontram-se representantes da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, da REFOOD e da Bagos d'Ouro.

A conferência servirá para debater a responsabilidade social no plano social e cultural. As advogadas Maria Conceição Cabaços e Filipa Cotta, membros do Comité Pro Bono de PLMJ, abrem o programa desta conferência com uma apresentação sobre a importância do pro bono e do apoio ao 3º sector. O primeiro painel, moderado pela jornalista Isabel Stilwell, vai reflectir sobre “O Papel das Associações de Solidariedade Social na Sociedade Portuguesa” e tem como oradores representantes da PROBONO, da REFOOD, da APSA e da Bagos d'Ouro.

No segundo painel é dada especial atenção à responsabilidade social no apoio às artes, e conta com a participação de Olga Roriz, da Fundação Serralves e do Museu de Arte Antiga. O debate será moderado por Luís Sáragga Leal, fundador de PLMJ e presidente da Fundação PLMJ.

“Na actual conjuntura financeira e social as boas práticas devem ser sempre divulgadas e fomentadas”, defende Conceição Cabaços, coordenadora do Comité Pro Bono, ressaltando que este regime não deve ser encarado como caridade, até porque será a forma “mais justa de retribuir” todo o trabalho que instituições privadas desenvolvem no âmbito da sociedade civil”, remata a advogada da PLMJ.



**Zoom // Pro bono. Advogados também usam o coração // PÁGS. 24-25**